

## PRÁTICAS DE ALEITAMENTO MATERNO E SUA RELAÇÃO COM A REDUÇÃO DA MORTALIDADE INFANTIL

**Resumo:** O aleitamento materno é reconhecido como uma das intervenções mais eficazes para a redução da mortalidade infantil, sendo recomendado pela Organização Mundial da Saúde como prática exclusiva até os seis meses e complementar até os dois anos ou mais. O presente estudo tem como objetivo analisar, por meio de uma revisão narrativa da literatura, as evidências recentes que relacionam as práticas de amamentação à redução de óbitos em crianças menores de cinco anos. A pesquisa foi realizada nas bases SciELO, PubMed/MEDLINE, Scopus, Web of Science e Biblioteca Virtual em Saúde, entre agosto e setembro de 2025, com descritores em português, inglês e espanhol, contemplando artigos publicados entre 2022 e 2025. Os resultados apontam que o início precoce da amamentação, a manutenção do aleitamento exclusivo e a oferta do colostro estão diretamente associados à redução da mortalidade neonatal e infantil, prevenindo causas evitáveis como diarreia e infecções respiratórias. No Brasil, políticas públicas contribuíram para ampliar a prevalência da prática, embora a manutenção exclusiva ainda esteja aquém das metas internacionais. Conclui-se que o fortalecimento do aleitamento materno constitui estratégia essencial de saúde pública, de baixo custo e alto impacto, sendo indispensável para o alcance das metas globais de redução da mortalidade infantil.

**Palavras-chave:** Aleitamento materno; Mortalidade infantil; Políticas públicas; Saúde da criança.

**Erick Matheus Mendonça Araújo Oliveira**

Graduando em Medicina pela UFOB

**Ana Rita Santana Cruz**

Graduando em Enfermagem pela UNAMA

**Káren Arielle Carvalho Barreto**

Nutricionista pela Faculdade Ages

**Gisleny Vidal**

Graduada em Enfermagem pelo Centro Universitário do Espírito Santo - Unesc. Especialista em Epidemiologia e Serviços de Saúde pela Universidade Federal do Espírito Santo

**Ebenézer José Santiago de Almeida da Silva**

Graduando em Enfermagem pelo Centro Universitário Maurício de Nassau - Uninassau Caruaru

**Maria Thereza Santos Bandeira Salgado**

Graduanda em Medicina pela Faculdade Nova

**Rudelayne Alencar Fonseca**

Enfermeira pela Faculdade de Educação São Francisco FAESF e Especialista em obstetrícia em Neonatologia-FEBAC, Especialista intervenções Multidisciplinares para Autismo e outras Neurodiversidades

**Arthur Romulo Lima Lopes Braga**

Nutricionista pela Universidade Federal de Pernambuco

**Maria Izabella Coelho Pinheiro da Silva**

Nutricionista pela Universidade Federal de Juiz de fora

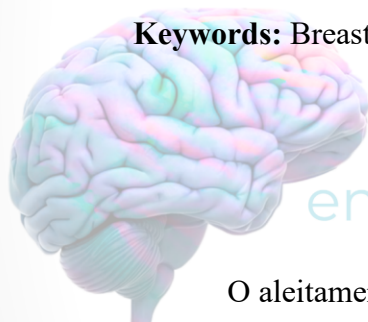
**Thyago Leite Ramos**

Médico pela Universidade Federal do Maranhão

## BREASTFEEDING PRACTICES AND THEIR RELATIONSHIP WITH THE REDUCTION OF INFANT MORTALITY

**Abstract:** Breastfeeding is recognized as one of the most effective interventions for reducing infant mortality and is recommended by the World Health Organization as an exclusive practice until six months and complementary up to two years or beyond. This study aims to analyze, through a narrative literature review, recent evidence relating breastfeeding practices to the reduction of deaths in children under five years of age. The research was carried out in SciELO, PubMed/MEDLINE, Scopus, Web of Science and Virtual Health Library databases between August and September 2025, using descriptors in Portuguese, English and Spanish, covering articles published between 2022 and 2025. The results show that early initiation of breastfeeding, exclusive breastfeeding maintenance and colostrum administration are directly associated with the reduction of neonatal and infant mortality, preventing avoidable causes such as diarrhea and respiratory infections. In Brazil, public policies have contributed to increasing the prevalence of breastfeeding, although exclusive maintenance remains below international targets. It is concluded that strengthening breastfeeding constitutes an essential public health strategy, low-cost and high-impact, and is indispensable for achieving global goals to reduce infant mortality.

**Keywords:** Breastfeeding; Child health; Infant mortality; Public policies.



Congresso Internacional de  
Neurociência Translacional  
em Saúde - CINETS

### INTRODUÇÃO

O aleitamento materno é amplamente reconhecido como uma prática fundamental para a promoção da saúde infantil, não apenas pela oferta de nutrientes adequados, mas também pelo fortalecimento imunológico e pela proteção contra diversas doenças. A Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) recomendam que a amamentação seja iniciada ainda na primeira hora de vida, mantida de forma exclusiva até os seis meses e complementada com outros alimentos apropriados até os dois anos ou mais, como estratégia central para reduzir a morbimortalidade infantil e promover o desenvolvimento saudável (WHO, 2023).

Apesar dessas recomendações globais, as taxas de amamentação exclusiva permanecem abaixo das metas estabelecidas, revelando desigualdades sociais, econômicas e culturais que impactam diretamente a sobrevivência das crianças. O aleitamento materno não pode ser compreendido apenas como um ato individual ou familiar, mas como uma prática que envolve

doi <https://doi.org/10.71248/9786583818089-14>

dimensões sociais, políticas e estruturais, exigindo ambientes institucionais favoráveis, legislação de proteção à maternidade e políticas públicas consistentes (Santos et al., 2023).

No Brasil, o tema ganhou maior atenção com a criação de iniciativas voltadas à promoção do aleitamento, como a Iniciativa Hospital Amigo da Criança e a Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil, que dialogam com a necessidade de integrar ações educativas, assistenciais e de regulação frente à indústria de substitutos do leite materno (Paiva; Pereira; Aragão, 2025). Nesse sentido, o fortalecimento da amamentação não deve ser visto apenas como um direito da mãe e da criança, mas como um compromisso coletivo que envolve Estado, sociedade e instituições de saúde.

Diante desse cenário, torna-se necessário analisar como as práticas de aleitamento materno contribuem para a redução da mortalidade infantil, compreendendo tanto os avanços já conquistados quanto os obstáculos que ainda dificultam a universalização dessa prática. O presente estudo, desenvolvido sob a forma de revisão narrativa, busca discutir criticamente a relação entre aleitamento materno e mortalidade infantil, destacando a relevância do tema para a saúde pública e para o alcance das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial o ODS 3, que visa assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos em todas as idades.

## METODOLOGIA

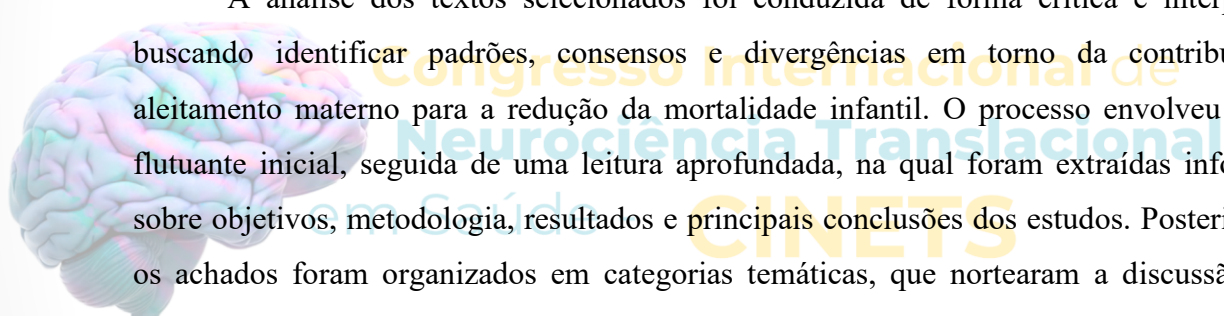
O presente estudo trata-se de uma revisão narrativa da literatura, abordagem metodológica que se caracteriza por oferecer uma análise ampla, crítica e interpretativa acerca de determinado tema, sem se restringir a protocolos sistemáticos rígidos. Essa escolha se justifica pela complexidade que envolve as práticas de aleitamento materno e sua relação com a mortalidade infantil, fenômeno que exige uma compreensão integradora dos aspectos biológicos, sociais, culturais e políticos.

A pesquisa bibliográfica foi realizada em bases de dados nacionais e internacionais de reconhecida relevância, como Scientific Electronic Library Online (SciELO), National Library of Medicine – Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (PubMed/MEDLINE), Scopus, Web of Science (WoS) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), durante o período de agosto a setembro de 2025. Foram empregados descritores controlados e não controlados em português, inglês e espanhol, tais como: “*aleitamento materno*”, “*amamentação*”,

 <https://doi.org/10.71248/9786583818089-14>

“*breastfeeding*”, “*mortalidade infantil*” e “*infant mortality*”. Além disso, foram consultados documentos oficiais da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde (MS) do Brasil, a fim de contextualizar os achados científicos em relação às políticas públicas vigentes.

Foram incluídas publicações disponíveis em texto completo, publicadas entre 2022 e 2025, período selecionado por garantir a atualidade e a relevância dos dados em consonância com as discussões contemporâneas em saúde pública. Consideraram-se artigos originais, revisões sistemáticas, metanálises, revisões integrativas, além de relatórios técnicos de organismos de saúde. Foram excluídos trabalhos que não estabelecessem relação direta entre práticas de aleitamento materno (início precoce, exclusividade, duração ou manejo do colostro) e mortalidade infantil, bem como artigos em idiomas diferentes do português, inglês ou espanhol.



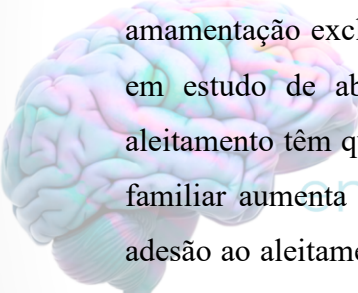
A análise dos textos selecionados foi conduzida de forma crítica e interpretativa, buscando identificar padrões, consensos e divergências em torno da contribuição do aleitamento materno para a redução da mortalidade infantil. O processo envolveu a leitura flutuante inicial, seguida de uma leitura aprofundada, na qual foram extraídas informações sobre objetivos, metodologia, resultados e principais conclusões dos estudos. Posteriormente, os achados foram organizados em categorias temáticas, que nortearam a discussão: **início precoce da amamentação, aleitamento materno exclusivo nos primeiros seis meses, impacto do colostro, redução de doenças infecciosas e diarreicas, sustentabilidade das políticas públicas e desafios sociais e estruturais para a prática da amamentação.**

Optou-se pela revisão narrativa em razão de sua flexibilidade para integrar evidências de diferentes desenhos de pesquisa, permitindo um diálogo entre resultados empíricos, diretrizes institucionais e marcos legais. Diferentemente da revisão sistemática, que visa à exaustividade e ao rigor estatístico, a revisão narrativa tem como finalidade construir uma análise abrangente e interpretativa, capaz de articular os avanços recentes, as lacunas persistentes e as implicações práticas para a saúde pública.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

 <https://doi.org/10.71248/9786583818089-14>

A investigação científica dos últimos anos reforça, de modo cada vez mais robusto, a relação entre as práticas de aleitamento materno e a redução da mortalidade infantil, tanto em países desenvolvidos quanto em contextos de maior vulnerabilidade social. Os resultados de metanálises, estudos longitudinais e revisões integrativas indicam que a amamentação precoce, exclusiva e continuada constitui um dos mais relevantes determinantes de sobrevivência infantil, sendo reconhecida como intervenção essencial de saúde pública. Abolela et al. (2025), em uma ampla revisão sistemática com metanálise, apontaram que recém-nascidos que não foram amamentados na primeira hora de vida apresentaram risco 33% maior de mortalidade neonatal. Esse dado é particularmente relevante porque evidencia que pequenas variações no tempo de início da amamentação podem exercer impacto expressivo na sobrevivência, reforçando a importância de garantir a chamada “hora de ouro” da amamentação como prática institucionalizada nos serviços de saúde.



Outro aspecto que se destaca nos achados recentes diz respeito à manutenção da amamentação exclusiva nos primeiros seis meses de vida. Jemal et al. (2025) demonstraram, em estudo de abrangência internacional, que mães informadas sobre os benefícios do aleitamento têm quase três vezes mais chances de manter a prática, enquanto o apoio da rede familiar aumenta em mais de duas vezes essa probabilidade. Esses achados revelam que a adesão ao aleitamento materno não é explicada apenas por variáveis individuais, mas envolve determinantes sociais, culturais e estruturais que interagem diretamente com as práticas de cuidado. A discussão, portanto, transcende a dimensão biomédica e exige que políticas públicas incorporem estratégias educativas, comunitárias e intersectoriais, capazes de sensibilizar não apenas as mães, mas também pais, familiares e empregadores, garantindo um ambiente mais favorável à continuidade da amamentação.

O fornecimento do colostro, por sua vez, desponta como componente crítico no impacto da amamentação sobre a mortalidade infantil. Bemath et al. (2024) evidenciaram que a utilização de kits de colostro em unidades neonatais reduziu significativamente o tempo de sua oferta a recém-nascidos hospitalizados, favorecendo a administração precoce de substâncias imunoprotetoras. Essa medida, aparentemente simples, tem potencial de reduzir infecções hospitalares e complicações sistêmicas, contribuindo para a queda de mortalidade em populações neonatais de maior risco. A pesquisa mostra que a inovação tecnológica de baixo

 <https://doi.org/10.71248/9786583818089-14>

custo pode ser aliada fundamental para ampliar a efetividade da amamentação em contextos críticos, reforçando a necessidade de políticas que incentivem sua adoção em larga escala.

Quando analisados em perspectiva histórica, os dados globais revelam o impacto transformador do aleitamento materno na redução da mortalidade infantil. Mokdad et al. (2025) demonstraram que o número de óbitos infantis por diarreia atribuível ao aleitamento subótimo caiu de aproximadamente 348 mil em 1990 para 63 mil em 2021. Essa redução evidencia que políticas de incentivo à amamentação e campanhas de conscientização tiveram efeito concreto sobre a sobrevivência infantil, especialmente ao prevenir doenças infecciosas, uma das principais causas de mortalidade evitável. Ainda assim, os autores destacam que a distribuição dos ganhos permanece desigual: enquanto países de alta renda apresentam índices próximos às metas da OMS, regiões de baixa e média renda ainda concentram grande parte das mortes evitáveis, revelando que os avanços não foram homogêneos e que persistem barreiras estruturais e socioeconômicas.

A universalidade dos efeitos protetores da amamentação também foi confirmada em estudos conduzidos em países desenvolvidos. Fomon et al. (2024), em análise com base nos Estados Unidos, identificaram que a amamentação reduziu em 33% o risco de mortalidade infantil no primeiro ano de vida, mesmo após controle por fatores socioeconômicos e demográficos. Esse resultado reforça que os benefícios da prática não se restringem a contextos de vulnerabilidade ou à prevenção de doenças infecciosas, mas estão relacionados a mecanismos biológicos universais, como a modulação do sistema imunológico, a prevenção de mortes súbitas inesperadas e a regulação metabólica. Isso implica reconhecer que o incentivo à amamentação não deve ser tratado como estratégia secundária em países de maior desenvolvimento, mas como prioridade global de saúde pública.

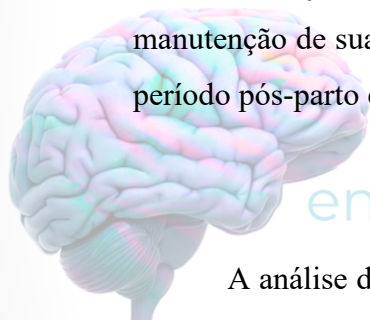
Apesar dos avanços registrados, a sustentabilidade das políticas e programas voltados à promoção do aleitamento ainda representa desafio significativo. Chowdhury et al. (2022), em revisão sistemática, apontaram que muitos países de baixa e média renda enfrentam dificuldades em manter programas de incentivo devido à escassez de recursos financeiros, à falta de profissionais capacitados e à pressão exercida pela indústria de fórmulas infantis. Esses fatores fragilizam a continuidade das intervenções e comprometem os resultados alcançados, demonstrando a necessidade de marcos regulatórios mais rígidos, investimentos em capacitação profissional e estratégias de financiamento estáveis. Assim, para além de reconhecer o impacto

 <https://doi.org/10.71248/9786583818089-14>

do aleitamento, é necessário garantir sua sustentabilidade em longo prazo, especialmente em países em que a mortalidade infantil ainda representa problema de saúde pública.

No Brasil, as evidências recentes reforçam que o país obteve avanços importantes, mas ainda enfrenta lacunas consideráveis. Santos e Giranelli (2023), em revisão integrativa, demonstraram que políticas como a Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil e a Iniciativa Hospital Amigo da Criança tiveram impacto positivo na ampliação das taxas de aleitamento materno, mas ressaltaram a persistência de desigualdades relacionadas à licença-maternidade, à sobrecarga das mulheres no mercado informal e à insuficiente equidade de gênero.

Paiva; Pereira e Aragão (2024), a partir de dados do Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (ENANI), mostraram que 96,2% das crianças brasileiras menores de dois anos foram amamentadas em algum momento, mas a prevalência de aleitamento exclusivo até os seis meses ainda se mantém abaixo das metas estabelecidas pela OMS. Esse dado evidencia uma contradição: a quase universalidade da iniciação da amamentação convive com a baixa manutenção de sua prática exclusiva, revelando lacunas no apoio oferecido às mães durante o período pós-parto e no retorno ao trabalho.



Congresso Internacional de  
Neurociência Translacional  
em Saúde - **CINETS**

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos resultados apresentados demonstra, de forma inequívoca, que as práticas de aleitamento materno constituem um dos pilares mais relevantes para a redução da mortalidade infantil em escala global e nacional. Evidências científicas recentes confirmam que o início oportuno da amamentação, a manutenção do aleitamento exclusivo nos primeiros seis meses e a continuidade da prática de forma complementar até os dois anos ou mais representam intervenções de elevado impacto, capazes de reduzir óbitos por causas evitáveis, tais como diarreias e infecções respiratórias, além de promover proteção contra múltiplos fatores associados ao adoecimento e à morte de crianças pequenas (ABOLELA et al., 2025; JEMAL et al., 2025).

Constatou-se que o efeito protetor do aleitamento materno não se restringe a países de baixa e média renda, nos quais a mortalidade infantil é mais prevalente, mas se estende também a contextos de maior desenvolvimento, revelando sua universalidade como estratégia de promoção da saúde e de sobrevivência infantil (FOMON et al., 2024). Essa constatação reforça a compreensão de que a amamentação não deve ser concebida como prática opcional ou

 <https://doi.org/10.71248/9786583818089-14>

culturalmente condicionada, mas como intervenção essencial de saúde pública, cujo fortalecimento se impõe como prioridade em qualquer sistema de saúde.

Contudo, ao mesmo tempo em que se reconhecem avanços expressivos, tanto no Brasil quanto em outras regiões do mundo, persistem desafios significativos que comprometem a plena efetividade dessa prática. Entre esses desafios, destacam-se as limitações estruturais de políticas públicas, a insuficiente sustentabilidade dos programas de incentivo, a influência comercial da indústria de fórmulas infantis e as desigualdades sociais e de gênero que dificultam a continuidade da amamentação exclusiva (Chowdhury et al., 2022). O caso brasileiro é emblemático: apesar da elevada taxa de iniciação da amamentação — 96,2% das crianças menores de dois anos, segundo dados recentes do ENANI —, a prevalência de aleitamento exclusivo até os seis meses permanece aquém das metas estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde, revelando uma lacuna entre o início da prática e sua manutenção (Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2021).

Nesse sentido, torna-se evidente que a promoção do aleitamento materno deve ser entendida não apenas como responsabilidade individual da mãe, mas como resultado de um conjunto de fatores estruturais, sociais e institucionais que precisam ser mobilizados. O fortalecimento de políticas públicas de apoio, a criação de ambientes de trabalho favoráveis, a ampliação da licença-maternidade e paternidade, o combate à desinformação e à pressão da indústria de substitutos do leite materno, bem como o investimento em programas de educação em saúde e capacitação profissional, são medidas indispensáveis para garantir a sustentabilidade dos avanços conquistados.

Assim, as considerações finais deste estudo permitem afirmar que o aleitamento materno, além de prática cultural e biológica, é sobretudo uma intervenção de saúde pública estratégica, custo-efetiva e essencial para a redução da mortalidade infantil. Seu fortalecimento deve estar no centro da agenda de políticas nacionais e internacionais, alinhando-se ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 3 da Agenda 2030 da ONU, que visa assegurar saúde e bem-estar para todas as pessoas em todas as idades. Consolidar e ampliar essa prática representa não apenas salvar vidas infantis, mas também investir em capital humano, equidade social e desenvolvimento sustentável, reafirmando que garantir a sobrevivência e a saúde das crianças é compromisso ético, político e civilizatório das sociedades contemporâneas.

## REFERÊNCIAS

ABOLELA, R. A. et al. Timely initiation of breastfeeding and its associated factors: systematic review and meta-analysis. **International Breastfeeding Journal**, v. 20, n. 1, p. 1-18, 2025. DOI: 10.1186/s13006-025-00744-2. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC11549749/>. Acesso em: 30 set. 2025.

BEMATH, N. et al. Implementing a colostrum-kit reduces the time to first colostrum among preterm infants in NICUs. **International Breastfeeding Journal**, v. 19, n. 1, p. 1-13, 2024. DOI: 10.1186/s13006-024-00682-5. Disponível em: <https://internationalbreastfeedingjournal.biomedcentral.com/articles/10.1186/s13006-024-00682-5>. Acesso em: 30 set. 2025.

CHOWDHURY, R. et al. Sustainability of breastfeeding interventions to reduce child mortality: a systematic review. **Frontiers in Health Services**, v. 2, p. 1-12, 2022. DOI: 10.3389/frhs.2022.889390. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/journals/health-services/articles/10.3389/frhs.2022.889390/full>. Acesso em: 30 set. 2025.

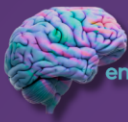
FOMON, S. J. et al. Associations between breastfeeding and post-perinatal infant mortality in the United States. **Maternal and Child Health Journal**, v. 29, n. 2, p. 200–212, 2024. DOI: 10.1007/s10995-024-03508-y. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC10897060/>. Acesso em: 30 set. 2025.

JEMAL, F. et al. Predictors of exclusive breastfeeding: a systematic review and meta-analysis. **International Breastfeeding Journal**, v. 20, n. 1, p. 1-24, 2025. DOI: 10.1186/s13006-025-00744-2. Disponível em: <https://internationalbreastfeedingjournal.biomedcentral.com/articles/10.1186/s13006-025-00744-2>. Acesso em: 30 set. 2025.

MOKDAD, A. H. et al. The global burden of childhood diarrheal diseases attributable to suboptimal breastfeeding, 1990–2021: a systematic analysis. **International Breastfeeding Journal**, v. 20, n. 1, p. 1-16, 2025. DOI: 10.1186/s13006-025-00713-9. Disponível em: <https://internationalbreastfeedingjournal.biomedcentral.com/articles/10.1186/s13006-025-00713-9>. Acesso em: 30 set. 2025.

PAIVA, Eliesia de Figueredo; PEREIRA, Ana Paula Cunha; ARAGÃO, Júlio César Soares. Políticas públicas de aleitamento materno no Brasil: uma revisão integrativa. **Revista Práxis**, v. 16, n. 30, 2024. ISSN 2176-9230.

SANTOS, I. L. B. DOS .; GIRIANELLI, V. R.. Contribuição institucional na promoção do aleitamento materno de mulheres trabalhadoras para o alcance dos Objetivos de



<https://doi.org/10.71248/9786583818089-14>

Desenvolvimento Sustentável. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 50, p. eddsst1, 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ). **Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil – ENANI-2019**: resultados preliminares. Rio de Janeiro: UFRJ, 2021. Disponível em: <https://enani.nutricao.ufrj.br>. Acesso em: 30 set. 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO); UNITED NATIONS CHILDREN’S FUND (UNICEF). **Infant and young child feeding**: counselling implementation guide. Geneva: World Health Organization, 2023. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240070816>. Acesso em: 30 set. 2025.



Congresso Internacional de  
**Neurociência Translacional**  
em Saúde - **CINETS**